



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004127-56.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Hernandes Ferri Filho**  
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos morais que o réu lhe causou ao atendê-lo de forma indigna.

O réu, a seu turno, negou tal imputação.

De acordo com o relato exordial, o autor (portador de necessidades especiais, usuário de cadeira de rodas por limitação de movimentos nos braços e nas pernas, além de ter problemas de fala derivados de acidente vascular cerebral) em meados de abril de 2015 foi a uma agência do réu em busca de informações sobre empréstimo que poderia obter para a compra de uma cadeira de rodas.

Lá, teve grande dificuldade para acesso ao local e quando o conseguiu o gerente lhe informou que não poderia efetuar o empréstimo porque seu nome estava inserido no SCPC/SERASA, o que não era verdade.

Não há nos autos dados sólidos que dessem suficiente amparo à versão exordial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A prova documental que instruiu a petição inicial não aponta nessa direção, o que tampouco se dá com as testemunhas inquiridas.

Maria Ignês Staine afirmou que trabalha com a genitora do autor e que o viu chegando à sua casa bastante nervoso porque teria sido tratado de forma inadequada por funcionários do réu.

Já Dirceu Aparecido Santi'Anna esclareceu que viu na oportunidade o autor gesticulando na esquina onde fica situada uma agência do réu.

Acrescentou que se aproximou e constatou que ele estava bastante nervoso, conseguindo após algum tempo ouvir que não tinha entrado na agência e que o gerente que ali trabalhava lhe disse que seu nome estava na SERASA.

Nenhum outro dado de convicção foi coligido aos autos.

Ora, os isolados depoimentos não encerram lastro consistente à explicação do autor.

O significado do prestado por Maria Ignês é reduzido porque ela se limitou a reproduzir o que ouviu do autor e nem o prestado por Dirceu Aparecido possui contornos muito diferentes.

Mesmo que ele tenha presenciado o autor nervoso na oportunidade, de igual modo somente soube do que teria acontecido por seu intermédio sem que mais alguém pudesse confirmá-lo diretamente seja quanto às dificuldades de acesso à agência, seja quanto à afirmação de que estaria negativado.

Ora, como o episódio teve vez por volta de meio dia, é natural que várias pessoas tivessem visto o que ocorreu, mas em momento algum isso foi amealhado aos autos.

A conjugação desses elementos conduz à rejeição da postulação vestibular.

O autor não se desincumbiu do ônus de comprovar o ato ilícito atribuído ao réu, inexistindo base para levar à ideia de que tivesse sido tratado de forma indigna, com sua exposição a situação vexatória ou humilhante.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**